



Plano Diretor de Tecnologia da Informação

Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região – Pernambuco
Período: 2013 a 2014



ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

DES. IVANILDO DA CUNHA ANDRADE

VICE-PRESIDENTE

DES. PEDRO PAULO PEREIRA NÓBREGA

CORREGEDORA REGIONAL

DES.^a VIRGÍNIA MALTA CANAVARRO

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

AYRTON CARLOS PORTO JÚNIOR

DIRETORIA-GERAL

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

JOÃO ANDRÉ PEGADO FERREIRA

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ELIANE FARIAS REMÍGIO MARQUES

SECRETARIA DE INFORMÁTICA

JOÃO ADRIANO PINHEIRO DE SOUSA

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

FLÁVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRANSPORTE E TELEFONIA

ÉVERSON LEMOS DE ARAÚJO

SECRETARIA DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO

COMITÊ GESTOR DE TI

JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA

JUIZ DO TRABALHO VIRGÍNIO HENRIQUE DE SÁ BENEVIDES

JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA

JUIZ DO TRABALHO SAULO BOSCO SOUZA DE MEDEIROS

SECRETÁRIO GERAL DA PRESIDÊNCIA

AYRTON CARLOS PORTO JÚNIOR

DIRETOR GERAL

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM

ASSESSORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

KÁTIA DO REGO BARROS

DIRETOR DA SECRETARIA DE INFORMÁTICA

JOÃO ADRIANO PINHEIRO DE SOUSA

Sumário

Introdução.....	5
Documentos de Referência.....	6
Princípios e Orientações Gerais.....	7
Diretrizes Estratégicas de TI.....	8
Estrutura Organizacional da Secretaria de Informática.....	9
Metodologia Aplicada.....	12
Fatores Críticos de Sucesso.....	13
Missão, Visão e Valores.....	14
Objetivos Estratégicos e Iniciativas de TI	15
Relacionamento entre Objetivos de TI e Indicadores Estratégicos.....	24
Plano de Gestão de Pessoas.....	27
Plano de Investimento.....	28
Orçamento de TI.....	31
Conclusão.....	32
Anexo I – Abreviaturas.....	33

Introdução

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI-TRT6) do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, com vigência para os anos 2013 e 2014, é um documento derivado do Planejamento Estratégico Institucional (PEI-TRT6) da Sexta Região, do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI-TRT6) e da consolidação de orientações e normativos de órgãos e conselhos superiores, e que traz como resultado um conjunto de iniciativas de TI priorizadas pela Presidência do Tribunal e pelo Comitê Gestor de TI da Sexta Região necessárias para o alcance, em curto e médio prazos, dos objetivos estratégicos traçados pelo Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região.

O desenvolvimento das iniciativas de TI priorizadas neste plano contribuirá, de forma direta ou indireta, para a melhoria de indicadores elencados no PETI-TRT6 e no PEI-TRT6. O plano também fornece macros parâmetros que facilitam o seu monitoramento como a data prevista de conclusão, o orçamento proposto e a unidade responsável pela execução de cada uma das iniciativas de TI. O detalhamento da execução deverá ser feito mediante o desenvolvimento de planos de projetos e de ações, que complementam os documentos do planejamento estratégico da Sexta Região.

Este documento também se fundamenta na Resolução 90 do Conselho Nacional da Justiça, que no Parágrafo único do Art. 11 determina: “Deverá ser elaborado, com base no PETI, o Plano Diretor de Tecnologia e Comunicação (PDTI)”.

É relevante ressaltar que o período de validade do PDTI coincide com os anos orçamentários de 2013 e 2014, admitindo, este, revisões ao longo desse período, em razão de possíveis demandas provenientes de determinações legais ou normativas, de restrições operacionais ou financeiras que possam comprometer a execução das ações, ou por qualquer outro fato superveniente que enseje a sua alteração.

Documentos de Referência

A elaboração do PDTI foi baseada em diretrizes, orientações e determinações da atual legislação, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), do Tribunal de Contas da União (TCU), do PETI-TRT6 e do PEI-TRT6 (Plano Estratégico Institucional) do TRT da 6ª Região. Destacam-se os seguintes alinhamentos:

- *Planejamento Estratégico Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região – TRT6, para o período 2009 a 2015;*
- *Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações do TRT6 revisado para o período que vai de maio de 2012 a 2015;*
- *Resolução 69 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho – Período 2010 a 2014;*
- *Resolução 70 do Conselho Nacional de Justiça – Planejamento Estratégico do Poder Judiciário;*
- *Resolução 90 do Conselho Nacional de Justiça – Dispõe sobre requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário;*
- *Resolução 99 do Conselho Nacional de Justiça – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação;*
- *Diretrizes de Gestão da Segurança da Informação do Poder Judiciário;*
- *Acórdãos do Tribunal de Contas da União 1603/2008-TCU-Plenário, 2.471/2008-TCU-Plenário, 2.308/2010-TCU-Plenário, 1.145/2011-TCU-Plenário, e 1233/2012-TCU-Plenário.*

Princípios e Orientações Gerais

*O Tribunal do Trabalho de Pernambuco buscará a adequação e implantação de processos de gestão a partir de boas práticas reconhecidas pelo mercado para a gestão de serviços de TI, de pessoal, do conhecimento, de projetos, de desenvolvimento de software e de segurança da informação, em especial para as práticas fomentadas pelos seguintes frameworks: **CobiT** – Control Objectives for Information and related Technology, **ITIL** – Information Technology Infrastructure Library, **PMBOK** – Project Management Body of Knowledge, **MPS.BR** – Melhoria de Processos do Software Brasileiro, ABNT NBR **ISO/IEC 27001:2006** e ABNT NBR **ISO/IEC 27002:2005**.*

Até o final do segundo trimestre de 2013, deverão ser definidos os prazos e ações para as iniciativas cujos prazos de conclusão ainda não tenham sido estabelecidos neste plano.

As iniciativas estruturadoras e as decorrentes de prazos estabelecidos por órgãos superiores ou de controle terão precedência sobre as demais, assim como as ações que já se encontram em curso e que estejam alinhadas para o alcance de metas estratégicas.

Diretrizes Estratégicas de TI

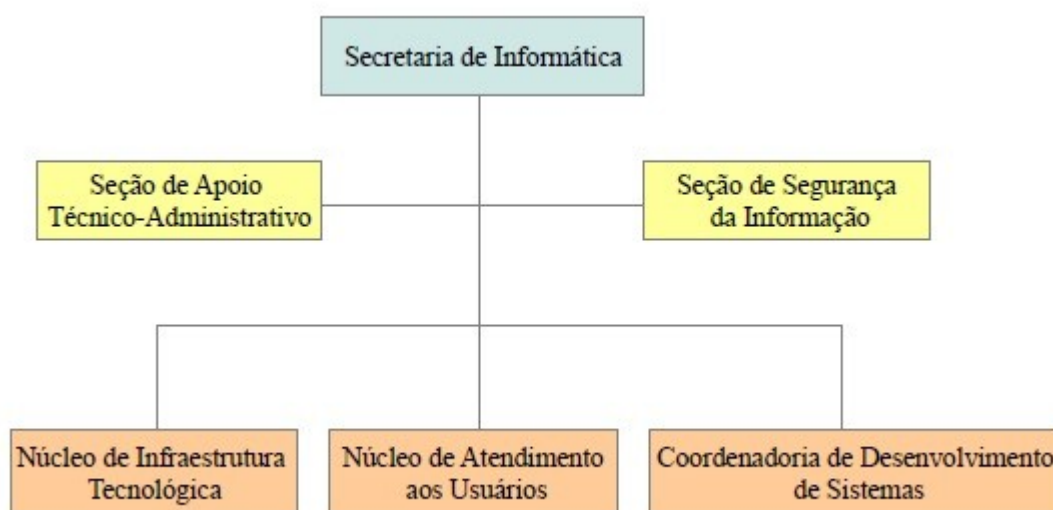
Como forma de direcionar e orientar a formulação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, em consonância com o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e com o Planejamento Estratégico Institucional, a atual Administração do TRT6 elencou um conjunto de diretrizes estratégicas que nortearão o desenvolvimento das iniciativas e projetos de tecnologia da informação. As diretrizes estão descritas a seguir:

- *Modernizar a estrutura física e organizacional da Secretaria de Informática;*
- *Aperfeiçoar o atendimento aos usuários de TI;*
- *Expandir a implantação do Processo Judicial Eletrônico e demais sistemas de informação de abrangência nacional;*
- *Buscar e desenvolver novas soluções tecnológicas para atender a estratégia do Tribunal;*
- *Aprimorar a governança de TI e a segurança da informação;*
- *Aumentar a disponibilidade e a eficiência dos serviços de TI;*
- *Promover a gestão do conhecimento;*
- *Investir na melhoria da infraestrutura tecnológica necessária para o desenvolvimento das atividades do Tribunal;*
- *Evoluir na estruturação da arquitetura corporativa da informação;*
- *Implantar ferramentas para apoiar a gestão por competência;*
- *Sistematizar a gestão orçamentária.*

Estrutura Organizacional da Secretaria de Informática

O organograma atual da Secretaria de Informática é constituído por duas seções ligadas diretamente à Secretaria de Informática, pelos Núcleos de Atendimento aos Usuários e de Infraestrutura Tecnológica e pela Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas, conforme demonstrado na figura abaixo. Há, ainda, outras seções de apoio que estão subordinadas diretamente aos Núcleo de Atendimento aos Usuários, Núcleo de Infraestrutura e Coordenadoria de Desenvolvimento.

A Secretaria de Informática é composta atualmente por um efetivo de 109 servidores, sendo que destes apenas 75 fazem parte do quadro de Tecnologia da Informação do Tribunal do Trabalho da Sexta Região.



Estrutura Organizacional da Secretaria de Informática

QUADRO DE SERVIDORES DA SECRETARIA DE INFORMÁTICA

(Inclui os servidores alocados no CSJT para o projeto de implantação do PJe)

Quadro do Tribunal Especialidade Tecnologia da Informação		Quadro do Tribunal Outras Especialidades		Cedidos de Outros Órgãos ou sem Vínculo	
Analista Judiciário	Técnico Judiciário	Analista Judiciário	Técnico Judiciário	Cedidos de Outros Órgãos	Cargos em Comissão sem Vínculo
60	15	3	23	8	2
68,81%		22,94%		8,26%	

DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DA SECRETARIA DE INFORMÁTICA

Área de Atuação	Subtotal		Especialidade Tecnologia da Informação		Outras Especialidades		Cedidos de Outros Órgãos ou sem Vínculo	
			Analista Judiciário	Técnico Judiciário	Analista Judiciário	Técnico Judiciário	Cedidos de Outros Órgãos	Cargos em Comissão sem Vínculo
Apoio à implantação do PJe no CSJT	11	10%	9	2	0	0	0	0
Apoio à implantação do PJe no TRT6	9	8%	7	2	0	0	0	0
Suporte à infraestrutura do PJe no TRT6	3	3%	3	0	0	0	0	0
Total PJe	23	21%	19	4	0	0	0	0
Infraestrutura Tecnológica	16	15%	6	2	0	6	1	1
Atendimento aos Usuários	21	19%	1	3	0	11	6	0
Desenvolvimento de Sistemas	35	32%	26	5	1	2	0	1
Apoio à Governança de TI / Diretoria	6	6%	5	0	1	0	0	0
Segurança da Informação	3	3%	2	1	0	0	0	0
Apoio Técnico- Administrativo	5	5%	1	0	1	3	0	0
TOTAL GERAL	109	100%	60	15	3	22	7	2

QUADRO DE SERVIDORES DA SECRETARIA DE INFORMÁTICA ESPECIALIDADE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Cargo	Analista Judiciário	Técnico Judiciário
Quadro Completo	62	18
- Cedidos a outros órgãos	2	0
- Removidos a outros TRT's	4	1
- Lotados fora da SI	0	2
- Licença por tempo indeterminado	1	0
- Alocados no PJe (CSJT)	9	2
+ Removidos de outros TRT's	5	0
Força de Trabalho atual com Especialidade em Tecnologia da Informação	51	13

PERFIL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE INFORMÁTICA

Graduados em computação ou tecnologia da informação	76	69,7%
Graduados em cursos correlatos com disciplinas de computação ou tecnologia da informação em sua grade curricular (engenharias, etc)	7	6,4%
Graduados em outros cursos de nível superior	14	12,8%
Total de servidores com formação profissional de nível superior	97	89%
Graduados em Direito e Computação	5	4,6%

PERFIL DE ESPECIALIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE INFORMÁTICA

Mestrado em computação	8
Pós-graduados em áreas relacionadas à Tecnologia da Informação	11
Pós-graduados em outras áreas	16

Metodologia Aplicada

Para elaboração deste Plano Diretor, o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI priorizou as iniciativas de TI após análise das necessidades levantadas nos Planejamentos Estratégicos Institucional e de Tecnologia da Informação, bem como das demandas surgidas em razão dos planejamentos de órgãos superiores, notadamente as de âmbito nacional trazidas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelo Conselho Nacional de Justiça, assim como outras, propostas pelas unidades internas.

A viabilidade e atratividade das iniciativas de TI foram analisadas pelo CGTI e pela Alta Administração do Tribunal, mediante ponderação de quesitos que versam sobre complexidade, custo, determinação legal, impacto na meta, prazo, possibilidade de sucesso, resultados a curto e médio prazo e situação de implementação.

Para execução efetiva, as iniciativas deverão ser implementadas mediante ações a serem desdobradas em etapas com prazos de início e término, responsável e, a depender do caso, produto a ser entregue ou benefício esperado.

Fatores Críticos de Sucesso

Fatores Críticos de Sucesso são os pontos-chave que traduzem a expectativa de sucesso ou fracasso deste plano, condições fundamentais que precisam ser satisfeitas para que a Secretaria de Informática realize as ações escolhidas e priorizadas.

Os fatores críticos de sucesso expõem requisitos mínimos de qualidade, habilidades e recursos que revelam os valores esperados pelo negócio. Foram identificados como Fatores Críticos de Sucesso para o PDTI:

- A definição de novas competências para a Secretaria de Informática, mediante a aprovação de proposta para modernização de sua estrutura organizacional;*
- Tornar o processo de implantação do PDTI um compromisso da alta direção, dos gestores e dos servidores do Tribunal, devendo ser conduzido de forma multi-institucional e integrado aos objetivos estratégicos do TRT;*
- Institucionalizar os profissionais da área de TI em comitês e fóruns decisórios do Tribunal, visando consolidar o papel da Tecnologia da Informação na gestão estratégica e garantir o alinhamento da TI às estratégias organizacionais;*
- Implantar a infraestrutura proposta no PDTI para atender as necessidades da organização;*
- Compor um quadro de competências de TI com as especialidades necessárias para atender às ações e aos projetos definidos no PDTI;*
- Relacionamento cooperativo, forte comunicação e participação das diversas unidades envolvidas no processo de implementação;*
- Modelo de gestão do PDTI como programa, sendo as iniciativas ou projetos geridos conforme metodologia de gerenciamento de projetos documentada;*
- Garantir recursos humanos, orçamentários e financeiros para a execução das ações e dos projetos do PDTI;*
- Institucionalizar o modelo de governança de TI, proposto no PDTI.*

Missão, Visão e Valores

Missão do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região

Solucionar os conflitos decorrentes das relações de trabalho no âmbito do Estado de Pernambuco, de forma rápida e eficaz, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e a paz social.

Missão da TI

Fornecer serviços e soluções de tecnologia da informação com qualidade e segurança, contribuindo para que a Justiça do Trabalho de Pernambuco cumpra sua missão institucional.

Visão do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região

Ser um tribunal reconhecido pela qualidade no atendimento, agilidade na prestação dos serviços e interação com a sociedade.

Visão da Área de TI

Ser reconhecido pela excelência dos serviços e soluções desenvolvidos por uma equipe de tecnologia da informação capacitada e engajada no cumprimento da missão institucional.

Valores

- *Acessibilidade*
- *Celeridade*
- *Comprometimento*
- *Comunicação*
- *Ética*
- *Integração*
- *Qualidade*
- *Responsabilidade socioambiental*
- *Transparência*
- *Valorização das pessoas*

Objetivos Estratégicos e Iniciativas de TI

Objetivo 1 – Buscar a excelência na prestação dos serviços de TI

Promover ações que visam à melhoria da qualidade e da percepção dos usuários em relação aos serviços de TI, com foco na celeridade da prestação jurisdicional, favorecendo o acesso à Justiça.

INDICADORES DE DESEMPENHO				
	DESCRIÇÃO	META		
INDICADOR 01	Índice de Satisfação dos Usuários de Serviços de TI – ISUTI.	Alcançar, até 2015, o índice de 65% de satisfação dos usuários na prestação dos serviços de TI até 2015.		

INICIATIVAS	ORIGEM	RESPONSÁVEL	PRAZO	PRIORIDADE
1.1 – Implantar a Central de Serviços de TI.	CGTI	SI	Dez/2013	IMEDIATA
1.2 – Implantar o catálogo formal dos serviços essenciais de TI.	CGTI	SI	Jul/2013	IMEDIATA
1.3 – Elaborar proposta para reestruturação da Secretaria de Informática.	DG	SI	Jun/2013	IMEDIATA

Objetivo 2 – Disponibilizar sistemas e serviços de TI que promovam o aperfeiçoamento do acesso ao sistema de justiça

Aprimorar e implantar sistemas e serviços de tecnologia da informação com o objetivo de facilitar o acesso e a promoção de uma Justiça célere.

INDICADORES DE DESEMPENHO		
	DESCRIÇÃO	META
INDICADOR 02	Índice de Implantação do Processo Judicial Eletrônico – IPJE.	Assegurar que, até 2014, 100% das varas do trabalho estejam com o processo eletrônico implantado.

INICIATIVAS	ORIGEM	RESPONSÁVEL	PRAZO	PRIORIDADE
2.1 – Apoiar o Comitê de Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas ações de tecnologia da informação necessárias à ampliação e evolução do sistema.	CSJT	SI	Dez/2014	IMEDIATA
2.2 – Realizar a implantação do sistema e-Gestão.	CGJT	CDS/SI	Set/2013	IMEDIATA
2.3 – Implantar sistema para maior controle nas operações das contas de depósitos judiciais.	CSJT	CDS/SI	Jun/2013	IMEDIATA
2.4 – Adequar sistemas para ampliação do leilão “on-line”.	CORREG	CDS/SI	Jul/2013	IMEDIATA
2.5 – Desenvolver módulo para aperfeiçoar o controle de processos do SERE.	SGP	CDS/SI	Jul/2013	IMEDIATA
2.6 – Concluir sistema para assinatura eletrônica de acórdãos e outros documentos.	SGP	CDS/SI	Ago/2013	MÉDIA
2.7 – Apoiar o Núcleo de Precatórios na implantação de sistema para modernizar a gestão de precatórios.	VP	SI	N/D	BAIXA

Objetivo 3 – Adotar as melhores práticas em gestão e governança de TI

Fazer uso de um conjunto de práticas e processos estruturados com o propósito de garantir melhor controle, minimizar os riscos, ampliar o desempenho e alinhar as ações de TI com os interesses institucionais do Tribunal e da sociedade.

INDICADORES DE DESEMPENHO		
	DESCRIÇÃO	META
INDICADOR 03	Índice de Sucesso na Execução de Projetos de TI – ISEPTI.	Assegurar que, até 2015, 70% dos projetos e programas de TI alcancem sucesso na sua execução.
INDICADOR 04	Índice de Maturidade em Governança de TI – IMGTI.	Assegurar que, até 2015, seja alcançado o índice de 70% no resultado da avaliação de capacidade do iGovTI (Índice de Governança de TI – TCU).

INICIATIVAS	ORIGEM	RESPONSÁVEL	PRAZO	PRIORIDADE
3.1 – Definir e Implantar processo formal de desenvolvimento de software.	CGTI	CDS/SI	Jun/2013	IMEDIATA
3.2 – Revisar política de backup e recuperação dos dados.	SI	NINFRA/SI	Jun/2013	IMEDIATA
3.3 – Designar, formalmente, gestores de negócio para os principais sistemas de informação.	CGTI	SI	Jul/2013	IMEDIATA
3.4 – Instituir formalmente um Comitê de Segurança da Informação.	CGTI	SI	Jul/2013	IMEDIATA
3.5 – Definir e implantar os processos de Governança de TI.	CGTI	SI	Dez/2013	IMEDIATA
3.6 – Apoiar a definição e implantação dos processos de gestão de TI, conforme questionário iGovTI 2012.	CGTI	SI	Set/2014	IMEDIATA
3.7 – Apoiar o Comitê de Segurança da Informação na elaboração e implantação de um modelo de Gestão de Segurança da Informação.	CNJ	SSI	Dez/2013	ALTA
3.8 – Apoiar o Comitê Gestor de Segurança da Informação na elaboração de um programa de capacitação e conscientização em segurança da informação.	CNJ	SSI	Dez/2013	ALTA
3.9 – Apoiar a Assessoria de Gestão Estratégica na implantação de ferramentas para gestão do planejamento estratégico e de projetos.	AGE	SI	Jun/2014	MÉDIA
3.10 - Contratar consultoria para implementação e certificação no programa “Melhoria do Processo de Teste Brasileiro - MPT.BR”	SI	CDS/SI	Nov/2013	BAIXA
3.11 - Contratar consultoria para implementação e certificação no programa “Melhoria do Processo de Software Brasileiro - MPS.BR”	SI	CDS/SI	Abr/2014	BAIXA

Objetivo 4 – Garantir a disponibilidade de sistemas e serviços essenciais às atividades judiciais e administrativas

Garantir a disponibilidade e eficiência dos sistemas e serviços de tecnologia da informação essenciais, de forma a facilitar o acesso ao judiciário e melhor atender as demandas da sociedade.

INDICADORES DE DESEMPENHO				
	DESCRIÇÃO	META		
INDICADOR 05	Índice de Disponibilidade dos Serviços de Tecnologia da Informação – IDSTI.	Aumentar, até 2015, o índice de disponibilidade dos principais serviços de TI para 99,2%		

INICIATIVAS	ORIGEM	RESPONSÁVEL	PRAZO	PRIORIDADE
4.1 – Instalar solução de redundância de firewall.	CGTI	NINFRA/SI	Jul/2013	IMEDIATA
4.2 – Implantar solução de site backup com capacidade de suportar a demanda dos principais serviços de TI do Regional.	CGTI	NINFRA/SI	Jul/2013	ALTA
4.3 – Adquirir equipamentos para monitoramento de condições ambientais e de segurança física das salas de servidores e nobreaks de unidades remotas.	CGTI	NINFRA/SI	Dez/2013	ALTA
4.4 – Contratar e implantar rede de dados alternativa para contingência da rede MPLS que interliga as Varas Trabalhistas ao Regional.	CGTI	NINFRA/SI	Dez/2013	ALTA
4.5 – Implantar o centro de operação e gerência de rede, contemplando hardware, software, serviço de instalação e transferência de tecnologia.	CGTI	NINFRA/SI	Dez/2014	MÉDIA
4.6 – Adquirir geradores de energia para os Fóruns de Jaboatão e Olinda.	CGTI	SA	Set/2014	MÉDIA

Objetivo 5 – Aprimorar a integração e comunicação com públicos internos e externos

Fazer uso de tecnologias que favoreçam a comunicação ágil e eficaz entre os clientes internos, bem como disponibilizar informações processuais e administrativas, de forma objetiva e transparente, facilitando o acesso e o entendimento por parte da sociedade.

INDICADORES DE DESEMPENHO				
	DESCRIÇÃO	META		
INDICADOR 06	Índice de Disponibilidade das Informações Relacionadas à Área de TI – IDI-TI.	Publicar, até 2015, 100% das informações acerca dos projetos, programas, ações, indicadores, serviços, diretrizes e políticas relacionadas à área de tecnologia da informação.		

INICIATIVAS	ORIGEM	RESPONSÁVEL	PRAZO	PRIORIDADE
5.1 – Atualizar solução de correio eletrônico com agregação de recursos de colaboração e comunicação interna.	CGTI	NINFRA/SI	Jul/2013	IMEDIATA
5.2 – Elaborar e implantar o Portal de Governança de TI.	CGTI	SI	Jul/2013	IMEDIATA
5.3 – Elaborar e implantar plano de comunicação das informações da área de TI.	CGTI	SI	Dez/2013	IMEDIATA
5.4 – Aperfeiçoar o gerenciamento do conteúdo do portal Internet.	NCS	CDS/SI	Jun/2013	IMEDIATA
5.5 – Apoiar a SSTT no processo de contratação de serviço de telefonia fixa	SSTT	NINFRA/SI	Ago/2013	IMEDIATA
5.6 – Implantar novo portal para a Intranet.	CGTI	CDS/SI	Jun/2014	ALTA
5.7 – Apoiar a SSTT no processo de contratação de serviço de telefonia móvel	SSTT	NINFRA/SI	Set/2013	MÉDIA
5.8 – Disponibilizar decisões e atos normativos na rede de informação LexML do Senado Federal.	SGP	CDS/SI	Out/2014	BAIXA

Objetivo 6 – Garantir a infraestrutura de TI necessária às atividades administrativas e jurisdicionais.

Dotar o Tribunal com infraestrutura, sistemas e outros recursos de tecnologia da informação necessários para o fornecimento de soluções de TI de qualidade e com segurança, conforme os padrões de TI estabelecidos.

INDICADORES DE DESEMPENHO		
	DESCRIÇÃO	META
INDICADOR 07	Índice de Atendimento aos Padrões Nacionais de TI Estabelecidos pelo CNJ – IAPTI	Assegurar que, até 2015, 80% dos padrões de TI estabelecidos pelo CNJ sejam atendidos.

INICIATIVAS	ORIGEM	RESPONSÁVEL	PRAZO	PRIORIDADE
6.1 – Implantar solução de “datacenter” de alta disponibilidade e segurança.	CGTI	SI	Dez/2014	IMEDIATA
6.2 – Ampliar e equipar o ambiente de trabalho físico disponibilizado à Secretaria de Informática.	PRES	SA	Set/2014	IMEDIATA
6.3 – Adquirir ativos de rede para ampliação do parque.	CGTI	NINFRA/SI	Set/2013	IMEDIATA
6.4 – Ampliar e modernizar os equipamentos de fornecimento de energia para a rede elétrica estabilizada.	CGTI	NINFRA/SI	Set/2013	IMEDIATA
6.5 – Adquirir e instalar os equipamentos no escopo do projeto estratégico 11 – Modernização do Parque de Informática.	PEI-TRT6	SI	Dez/2014	IMEDIATA
6.6 – Adquirir licenças ou subscrições de softwares de sistemas operacionais e outras necessárias para manutenção dos serviços de rede.	CGTI	NINFRA/SI	Set/2014	IMEDIATA
6.7 – Aperfeiçoar continuamente os mecanismos de auditoria e controle para a folha de pagamento.	CGTI	CDS/SI	Dez/2014	IMEDIATA
6.8 – Implantar solução de rede sem fio nas varas da região metropolitana e interior.	CGTI	NINFRA/SI	Abr/2014	ALTA
6.9 – Implantar ferramenta de atualização automática centralizada das estações de trabalho do Regional.	CGTI	NINFRA/SI	Out/2013	ALTA
6.10 – Implantar sistema de telefonia IP, conforme projeto nacional do CSJT.	CSJT	NINFRA/SI	Abr/2014	ALTA
6.11 – Apoiar a SSTT no processo de contratação e implantação de câmeras de segurança nas dependências do Regional.	SSTT	NINFRA/SI	Dez/2013	ALTA
6.12 – Implementar manutenções nos sistemas administrativos e judiciários para correção de problemas ou adequação a normas.	CGTI	CDS/SI	Dez/2014	MÉDIA
6.13 – Adquirir ou renovar licenças de softwares de segurança.	CGTI	NINFRA-SI	Set/2014	MÉDIA
6.14 – Adquirir cofre para guarda de fitas do tipo LTO.	CGTI	NINFRA/SI	Set/2013	MÉDIA
6.15 – Atualizar licenças de software de backup com renovação de suporte técnico.	CSJT	NINFRA/SI	Set/2013	MÉDIA
6.16 – Implantar solução de virtualização de acordo com o projeto nacional do CSJT.	CSJT	NINFRA/SI	Dez/2013	MÉDIA
6.17 – Adquirir licenciamento de softwares aplicativos	CSJT	NAU/SI	Set/2014	MÉDIA

<i>utilizados pelas diversas áreas de apoio ou de negócio.</i>				
<i>6.18 - Uniformizar e integrar as bases de dados do Tribunal Regional do Trabalho da 6a Região</i>	SI	CDS/SI	Ago/2014	MÉDIA
<i>6.19 – Atualizar sistema de autenticação e acesso à rede corporativa.</i>	CGTI	NINFRA/SI	Jun/2014	BAIXA
<i>6.20 – Aprimorar a solução de impressão de documentos.</i>	CGTI	SI	Ago/2014	BAIXA

Objetivo 7 – Promover o desenvolvimento das competências gerenciais e técnicas das equipes, com foco na execução da estratégia

Promover a capacitação dos servidores de TI, de forma a estarem aptos para o desenvolvimento de suas competências, com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos.

INDICADORES DE DESEMPENHO		
	DESCRIÇÃO	META
INDICADOR 08	Índice de Execução do Plano Anual de Capacitação de TI – IPACTI.	Assegurar que o plano anual de capacitação de TI para 2015 tenha pelo menos 90% das ações de capacitação executadas.

INICIATIVAS	ORIGEM	RESPONSÁVEL	PRAZO	PRIORIDADE
7.1 – Apoiar o Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal na implantação de novo sistema para a gestão por competência, avaliação funcional e capacitação.	SAAF	CDS/SI	jul/2014	IMEDIATA
7.2 – Apoiar o Núcleo de Saúde na implantação de solução especializada na gestão da segurança e saúde ocupacionais.	NSAUDE	SI	Jun/2013	IMEDIATA
7.3 – Apoiar o Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal na elaboração de um plano de capacitação para gestão de TI.	SI	NDP	Set/2013	ALTA
7.4 – Apoiar a Escola Judicial e o Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal no uso da tecnologia de videoconferência para capacitação de servidores.	EJ	NINFRA/SI	Dez/2013	ALTA

Objetivo 8 – *Buscar excelência na gestão orçamentária, assegurando a execução da estratégia de TI*

Realizar o planejamento orçamentário adequado e desenvolver projetos de racionalização de recursos, de forma que não haja insuficiência financeira para a execução dos projetos estratégicos.

INDICADORES DE DESEMPENHO		
	DESCRIÇÃO	META
INDICADOR 09	Índice de Execução do Orçamento de TI – IEOTI.	Assegurar que, até 2015, 80% do orçamento disponibilizado para as despesas de TI seja liquidado até dezembro.

INICIATIVAS	ORIGEM	RESPONSÁVEL	PRAZO	PRIORIDADE
8.1 – Apoiar a Secretaria de Orçamento e Finanças na implantação de ferramenta para melhorar a gestão do orçamento.	CGTI	SI	Jan/2014	ALTA

Relacionamento entre Objetivos de TI e Indicadores Estratégicos

As iniciativas de TI relativas aos objetivos estratégicos de TI estão correlacionadas aos indicadores de desempenho do Planejamento Estratégico Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, como também aos Planos Estratégicos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho Nacional de Justiça, contribuindo, direta ou indiretamente, para o atingimento das metas estratégicas estabelecidas nos planejamentos dos órgãos supracitados.

O quadro a seguir apresenta, de forma sucinta, um resumo destas correlações:

CORRELAÇÃO DOS OBJETIVOS DE TI COM OS INDICADORES ESTRATÉGICOS			
OBJETIVO DE TI	INDICADOR	ORIGEM	ÓRGÃO
1 – Buscar a excelência na prestação dos serviços de TI	Índice de Satisfação dos Usuários de Serviços de TI – ISUTI.	PEI SIGEST	TRT6 CSJT
	Tempo de atendimento às solicitações dos usuários.	PETI	CNJ
	Tempo gasto na solução das demandas dos usuários.	PETI	CNJ
	Índice de satisfação dos usuários internos com os serviços de TIC.	PETI	CNJ
	Índice de qualidade dos serviços prestados pela TIC.	PETI	CNJ
	Índice de satisfação dos usuários externos com os serviços de TIC prestados pelo Judiciário.	PETI	CNJ
	Índice de satisfação de Magistrados e servidores com os sistemas.	PETI	CNJ
	Índice de satisfação de Magistrados e servidores com a documentação dos sistemas.	PETI	CNJ
	Índice de satisfação de Magistrados e servidores com os equipamentos.	PETI	CNJ
	Índice de competência na gestão de serviços e infraestrutura de TIC.	PETI	CNJ
	Índice de mapeamento dos produtos e serviços fornecidos pela TIC.	PETI	CNJ
2 – Disponibilizar sistemas e serviços de TI que promovam o aperfeiçoamento do acesso ao sistema de justiça	Produtividade do Magistrado (Execução – 1º grau).	PEI	TRT6
	Produtividade do magistrado (conhecimento) e (1º grau e 2º grau).	PEI	TRT6
	Índice dos novos processos eletrônicos.	PEI	TRT6

	Índice de Acesso à Justiça – IAJ.	PEI SIGEST	TRT6 CSJT
	Índice de implantação do processo judicial eletrônico – IPJE.	PEI SIGEST	TRT6 CSJT
	Taxa de congestionamento –TC.	PEI SIGEST	TRT6 CSJT
	Índice de atendimento da demanda – IAD	PEI SIGEST	TRT6 CSJT
	Índice de atendimento da demanda na execução – IADEx.	PEI SIGEST	TRT6 CSJT
	Índice de atraso na tramitação dos processos – IAP.	PEI SIGEST	TRT6 CSJT
	Índice médio de tempo de tramitação – IMT.	PEI SIGEST	TRT6 CSJT
	Índice de automação das informações processuais e administrativas do Tribunal.	PETI	CNJ
	Percentual de Sistemas novos, documentados.	PETI	CNJ
3 – Adotar as melhores práticas em gestão e governança de TI	Índice de Cumprimento de Metas Nacionais – ICMN.	PEI SIGEST	TRT6 CSJT
	Índice de Cumprimento de Metas Regionais – ICMR.	PEI SIGEST	TRT6 CSJT
	Índice de Sucesso na Execução dos Projetos Estratégicos – ISEPE.	PEI SIGEST	TRT6 CSJT
	Índice de unidades administrativas alinhadas à estratégia institucional.	PEI	TRT6
	Índice de unidades judiciárias alinhadas à estratégia institucional.	PEI	TRT6
	Índice de unidades administrativas com procedimentos racionalizados e padronizados.	PEI	TRT6
	Implantação de Escritório e Metodologia de gerenciamento de projetos.	PETI	CNJ
	Índice de sucesso na execução de projetos estratégicos.	PETI	CNJ
	Implantação de Comitê e Política de segurança.	PETI	CNJ
	Índice de gerenciamento de serviços de Terceiros (Gerenciamento de Contratos).	PETI	CNJ
	Metodologia de desenvolvimento de Software.	PETI	CNJ
4 – Garantir a disponibilidade de sistemas e serviços essenciais às atividades judiciais e administrativas	Índice de ataques externos e internos, impedidos.	PETI	CNJ
	Índice de disponibilidade de serviços.	PETI	CNJ
	Índice de gerenciamento de serviços de Terceiros.	PETI	CNJ
5 – Aprimorar a integração e comunicação com públicos internos e externos	Índice de implantação da gestão documental.	PEI	TRT6
	Índice de catalogação dos processos.	PEI	TRT6
	Índice de ampliação da capacidade de armazenamento do Arquivo Geral.	PEI	TRT6
	Índice de divulgação na mídia – ID.	PEI SIGEST	TRT6 CSJT
	Índice de disponibilidade das informações pelo portal.	PETI	CNJ

	Índice de automação das informações processuais e administrativas do Tribunal.	PETI	CNJ
6 – Garantir a infraestrutura de TI necessária às atividades administrativas e jurisdicionais	Índice de atendimento aos padrões nacionais recomendados pelo CNJ.	PETI	CNJ
	Índice de implantação de sistemas nacionais, pelos Tribunais.	PETI	CNJ
	Tempo de atualização das configurações dos ativos de TIC.	PETI	CNJ
	Percentual de cumprimento dos requisitos de infraestrutura definidos na Resolução de Nivelamento de TI do CNJ.	PETI	CNJ
	Sistemas de TIC aderentes aos padrões de interoperabilidade definidos pelo CNJ.	PETI	CNJ
	Percentual de soluções portáteis aderentes a padrões de arquitetura recomendados.	PETI	CNJ
	Índice de implantação de sistemas nacionais, pelos Tribunais	PETI	CNJ
	Percentual de cumprimento dos requisitos de infraestrutura definidos na Resolução de Nivelamento de TI do CNJ.	PETI	CNJ
	Sistemas de TIC aderentes aos padrões de interoperabilidade definidos pelo CNJ.	PETI	CNJ
	Percentual de soluções portáteis aderentes a padrões de arquitetura recomendados.	PETI	CNJ
7 – Promover o desenvolvimento das competências gerenciais e técnicas da equipe, com foco na execução da estratégia.	Índice de capacitação nas competências estratégicas.	PEI	TRT6
	Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação.	PEI	TRT6
	Índice de prevenção de saúde.	PEI	TRT6
	Índice de absenteísmo	PEI	TRT6
	Índice de capacitação – IC.	PEI SIGEST	TRT6 CSJT
	Nível de capacitação gerencial.	PETI	CNJ
8 – Buscar excelência na gestão orçamentária, assegurando a execução da estratégia de TI	Índice de orçamento estratégico.	PEI	TRT6
	Índice de execução do orçamento estratégico	PEI	TRT6
	Índice de execução orçamentária – IEO	PEI SIGEST	TRT6 CSJT
	Índice de planejamento dos recursos orçamentários.	PETI	CNJ
	Eficiência da Execução financeira de TIC.	PETI	CNJ
	Percentual de projetos que atingiram suas metas financeiras conforme planejado.	PETI	CNJ
	Procedimentos de aquisições padronizados e em conformidade com melhores práticas do mercado.	PETI	CNJ

Plano de Gestão de Pessoas

O Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal elaborará, com o apoio da Secretaria de Informática, o Plano Anual de Capacitação de TI para os anos de 2013 e 2014, cujo conteúdo deverá levar em consideração as competências técnicas e comportamentais necessárias para o desenvolvimento das atividades do cargo, função e iniciativas do PDTI. O plano deverá priorizar treinamentos para o aperfeiçoamento em gestão e governança de TI.

A avaliação dos servidores de TI tomará como base as competências identificadas para o desenvolvimento de suas funções, podendo os processos de gestão de serviço, de software e de outros inerentes às atividades do servidor ser aproveitados para a definição de indicadores objetivos para a avaliação de desempenho do servidor.

Plano de Investimento

Os custos indicados são os estimados para contratações de serviços e aquisições de equipamentos para implantação ou manutenção, até o final de 2014, das iniciativas elencadas.

Algumas iniciativas não tiveram os seus custos indicados por estarem na fase inicial de prospecção pelo Tribunal ou pelos comitês e grupos de trabalho responsáveis pela condução das ações nacionais coordenadas pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicações do CSJT.

Excluem-se da lista abaixo os gastos com salários e funções recebidos por servidores envolvidos no desenvolvimento das ações oriundas do PDTI, assim como as derivadas de contratos já existentes, aquisição de suprimentos de informática e as que decorrerão do plano de capacitação.

INICIATIVA	CUSTO ESTIMADO	
	SERVIÇOS	AQUISIÇÕES
1.1 – Implantar a Central de Serviços de TI.	1.000.000,00	0,00
1.2 – Implantar o catálogo formal dos serviços essenciais de TI.	Sem contratação	Sem contratação
1.3 – Elaborar proposta para reestruturação da Secretaria de Informática.	Sem contratação	Sem contratação
2.1 – Apoiar o Comitê de Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas ações de tecnologia da informação necessárias à implantação e evolução do sistema.	Sem contratação	Sem contratação
2.2 – Realizar a implantação do sistema e-Gestão.	Sem contratação	Sem contratação
2.3 – Implantar sistema para maior controle nas operações das contas de depósitos judiciais.	Sem contratação	Sem contratação
2.4 – Adequar sistemas para ampliação do leilão “on-line”.	Sem contratação	Sem contratação
2.5 – Desenvolver módulo para aperfeiçoar o controle de processos do SERE.	Sem contratação	Sem contratação
2.6 – Concluir sistema para assinatura eletrônica de acordãos e outros documentos.	Sem contratação	Sem contratação
2.7 – Apoiar o Núcleo de Precatórios na implantação de sistema para modernizar a gestão de precatórios.	Sem contratação	Sem contratação
3.1 – Definir e Implantar processo formal de desenvolvimento de software.	Sem contratação	Sem contratação
3.2 – Revisar política de backup e recuperação dos dados.	Sem contratação	Sem contratação
3.3 – Designar, formalmente, gestores de negócio para os principais sistemas de informação.	Sem contratação	Sem contratação

3.4 – Instituir formalmente um Comitê de Segurança da Informação.	Sem contratação	Sem contratação
3.5 – Definir e implantar os processos de Governança de TI.	Sem contratação	Sem contratação
3.6 – Apoiar a definição e implantação dos processos de gestão de TI, conforme questionário iGovTI 2012.	Sem contratação	Sem contratação
3.7 – Apoiar o Comitê de Segurança da Informação na elaboração e implantação de um modelo de Gestão de Segurança da Informação.	Sem contratação	Sem contratação
3.8 – Apoiar o Comitê Gestor de Segurança da Informação na elaboração de um programa de capacitação e conscientização em segurança da informação.	A estimar	A estimar
3.9 – Apoiar a Assessoria de Gestão Estratégica na implantação de ferramentas para gestão do planejamento estratégico e de projetos.	50.000,00	300.000,00
3.10 - Contratar consultoria para implementação e certificação no programa “Melhoria do Processo de Teste Brasileiro - MPT.BR”	35.000,00	0,00
3.11 - Contratar consultoria para implementação e certificação no programa “Melhoria do Processo de Software Brasileiro - MPS.BR”	75.000,00	0,00
4.1 – Instalar solução de redundância de firewall.	0,00	0,00
4.2 – Implantar solução de site backup com capacidade de suportar a demanda dos principais serviços de TI do Regional.	A estimar	A estimar
4.3 – Adquirir equipamentos para monitoramento de condições ambientais e de segurança física das salas de servidores e nobreaks de unidades remotas.	0,00	200.000,00
4.4 – Contratar e implantar rede de dados alternativa para contingência da rede MPLS que interliga as Varas Trabalhistas ao Regional.	96.000,00	0,00
4.5 – Implantar o centro de operação e gerência de rede, contemplando hardware, software, serviço de instalação e transferência de tecnologia.	A estimar	A estimar
4.6 – Adquirir geradores de energia para os Fóruns de Jaboatão e Olinda.	30.000,00	60.000,00
5.1 – Atualizar solução de correio eletrônico com agregação de recursos de colaboração e comunicação interna.	338.000,00	0,00
5.2 – Elaborar e implantar o Portal de Governança de TI.	Sem contratação	Sem contratação
5.3 – Elaborar e implantar plano de comunicação das informações da área de TI.	Sem contratação	Sem contratação
5.4 – Aperfeiçoar o gerenciamento do conteúdo do portal Internet.	Sem contratação	Sem contratação
5.5 – Apoiar a SSTT no processo de contratação de serviço de telefonia fixa	A estimar	A estimar
5.6 – Implantar novo portal para a Intranet.	Sem contratação	Sem contratação
5.7 – Apoiar a SSTT no processo de contratação de serviço de telefonia móvel	A estimar	A estimar
5.8 – Disponibilizar decisões e atos normativos na rede de informação LexML do Senado Federal.	Sem contratação	Sem contratação
6.1 – Implantar solução de “datacenter” de alta disponibilidade e segurança.	A estimar	A estimar
6.2 – Ampliar e equipar o ambiente de trabalho físico disponibilizado à Secretaria de Informática.	A estimar	A estimar
6.3 – Adquirir ativos de rede para ampliação do parque.	0,00	120.000,00
6.4 – Ampliar e modernizar os equipamentos de fornecimento de energia para a rede elétrica estabilizada.	0,00	800.000,00

6.5 – Adquirir e instalar os equipamentos no escopo do projeto estratégico 11 – Modernização do Parque de Informática.	0,00	2.500.000
6.6 – Adquirir licenças ou subscrições de softwares de sistemas operacionais e outras necessárias para manutenção dos serviços de rede.	0,00	280.000,00
6.7 – Aperfeiçoar continuamente os mecanismos de auditoria e controle para a folha de pagamento.	Sem contratação	Sem contratação
6.8 – Implantar solução de rede sem fio nas varas da região metropolitana e interior.	0,00	140.000,00
6.9 – Implantar ferramenta de atualização automática centralizada das estações de trabalho do Regional.	Sem contratação	Sem contratação
6.10 – Implantar sistema de telefonia IP, conforme projeto nacional do CSJT.	A estimar	A estimar
6.11 – Apoiar a SSTT no processo de contratação e implantação de câmeras de segurança nas dependências do Regional.	A estimar	A estimar
6.12 – Implementar manutenções nos sistemas administrativos e judiciários para correção de problemas ou adequação a normas.	Sem contratação	Sem contratação
6.13 – Adquirir ou renovar licenças de softwares de segurança.	A estimar	A estimar
6.14 – Adquirir cofre para guarda de fitas do tipo LTO.	0,00	10.000,00
6.15 – Atualizar licenças de software de backup com renovação de suporte técnico.	A estimar	A estimar
6.16 – Implantar solução de virtualização de acordo com o projeto nacional do CSJT.	A estimar	A estimar
6.17 – Adquirir licenciamento de softwares aplicativos utilizados pelas diversas áreas de apoio ou de negócio.	A estimar	A estimar
6.18 - Uniformizar e integrar as bases de dados do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	A estimar	A estimar
6.19 – Atualizar sistema de autenticação e acesso à rede corporativa.	A estimar	A estimar
6.20 – Aprimorar a solução de impressão de documentos.	A estimar	A estimar
7.1 – Apoiar o Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal na implantação de novo sistema para a gestão por competência, avaliação funcional e capacitação.	Sem contratação	Sem contratação
7.2 – Apoiar o Núcleo de Saúde na implantação de solução especializada na gestão da segurança e saúde ocupacionais.	Sem contratação	Sem contratação
7.3 – Apoiar o Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal na elaboração de um plano de capacitação para gestão de TI.	Sem contratação	Sem contratação
7.4 – Apoiar a Escola Judicial e o Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal no uso da tecnologia de videoconferência para capacitação de servidores.	Sem contratação	Sem contratação
8.1 – Apoiar a Secretaria de Orçamento e Finanças na implantação de ferramenta para melhorar a gestão do orçamento.	Sem contratação	Sem contratação

Orçamento de TI

As despesas para as iniciativas que fazem parte do portfólio de TI da Justiça do Trabalho não estão incluídas nos quadros abaixo em razão de haver previsão de custeio pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho nas ações orçamentárias do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional da Justiça do Trabalho (E-Jus).

Orçamento Disponível para 2013 **Despesas de TI na Ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO
3390.30	Material de Consumo (excluídos os suprimentos de impressão)	20.000
3390.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.205.000
449039.93	Aquisição de Licenças de Softwares	220.000
4490.52	Equipamentos e Material Permanente	3.195.000

Proposta Orçamentária Prévia 2014 **Despesas de TI na Ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho**

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO
339030.25	Material para Manutenção de Bens Móveis	20.000
339039.08	Serviços de Suporte e Atualização de Softwares	350.000
339039.17	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	50.000
339039.31	Locação de Equipamentos de Processamento de Dados	120.000
339039.56	Manutenção de Equipamentos de TI	80.000
339039.57	Serv. Técnicos de Profissionais de TI	30.000
339039.97	Comunicação de Dados	750.000
339039.00	Contratação de solução de colaboração em nuvem	220.000
339039.00	Serviços de consultoria em TI	50.000
339039.00	Contratação de Central de Atendimento para serviços de TI	1.000.000
449039.93	Aquisição de Licenças de Softwares	400.000
449052.35	Equipamentos de Processamento de Dados	1.180.000
449052.30	Equipamentos de Energia	420.000

Conclusão

Este Plano estabelece as iniciativas de TI para o biênio 2013/2014 a partir das orientações estratégicas definidas nos planejamentos institucionais e de TI deste Tribunal Regional, da Justiça do Trabalho e do Poder Judiciário, direcionando os investimentos e a atuação da Secretaria de Informática.

A estruturação deste documento considerou as demandas e expectativas das diversas áreas do Tribunal, observando-se as diretrizes estratégicas estabelecidas. Considerou-se, também, a integração com as normas e orientações específicas para TI, a partir de resoluções e atos do CSJT, do CNJ e de outros órgãos de controle.

O aperfeiçoamento da gestão e da governança de TI de uma instituição inicia-se pela compreensão e reconhecimento da alta administração da importância das ações de tecnologia da informação para o sucesso no alcance de sua missão institucional. A aprovação dos Planejamentos Estratégicos Institucional e de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região estabeleceu diretrizes, assim como a definição de objetivos e metas, para elaboração deste Plano Diretor de Tecnologia da Informação, pelo qual são priorizadas iniciativas estruturadoras, dentre as quais destaca-se a criação de proposta de novo organograma para a Secretaria de Informática, que viabilize um modelo de gestão e governança voltado para o desenvolvimento de atividades gerenciais de projetos e de processos, de acordo com padrões consagrados e reconhecidos como melhores práticas na área de TI.

A realização das ações previstas neste PDTI implicará em investimentos para a modernização da infraestrutura, sistemas, processos de negócio e para a capacitação dos servidores nas novas tecnologias. As iniciativas do plano contribuirão para aperfeiçoar os processos de trabalho das diversas áreas do Tribunal, mediante a entrega de novas funcionalidades e soluções de TI, que garantam maior celeridade, confiabilidade e segurança na prestação jurisdicional.

Anexo I – Abreviaturas

Assessoria de Gestão Estratégica	AGE
Comitê Gestor das Metas do Poder Judiciário	CGMPJ
Comitê Gestor de Tecnologia da Informação	CGTI
Conselho Nacional de Justiça	CNJ
Comitê de Segurança da Informação	CSI
Conselho Superior da Justiça do Trabalho	CSJT
Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas	CDS
Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho	CGJT
Corregedoria Regional	CORREG
Diretoria-geral	DG
Escola Judicial	EJ
Núcleo de Atendimento aos Usuários	NAU
Núcleo de Comunicação Social	NCS
Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal	NDP
Núcleo de Infraestrutura Tecnológica	NINFRA
Núcleo de Precatórios	NPREC
Núcleo de Saúde	NSAUDE
Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do TRT6	PETI-TRT6
Planejamento Estratégico Institucional do TRT6	PEI-TRT6
Presidência	PRES
Processo Judicial Eletrônico	PJ-e
Seção de Avaliação e Acompanhamento Funcional	SAAF
Seção de Segurança da Informação	SSI
Secretaria Administrativa	SA
Secretaria de Informática	SI
Secretaria de Orçamento e Finanças	SOF
Secretaria-geral da Presidência	SGP
Secretaria de Segurança Transporte e Telefonia	SSTT
Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região	TRT6
Vice-presidência	VP